



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

10916 - Resumo Expandido - Trabalho - XIV ANPED SUL (2022)

ISSN: 2595-7945

Eixo Temático 05 - Educação e Infância

ACOLHIDA DE CRIANÇAS MIGRANTES E REFUGIADAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL: O QUE DIZEM AS PESQUISAS? (1988-2021)

Gioconda Ghiggi - UFPR - Universidade Federal do Paraná

ACOLHIDA DE CRIANÇAS MIGRANTES E REFUGIADAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL: O QUE DIZEM AS PESQUISAS? (1988-2021)

As crianças, acompanhadas de seus familiares ou não, estão presentes nos fluxos migratórios, seja na condição de migrante (com um deslocamento voluntário de seus parentes por diversas razões, entre elas a busca de trabalho e melhores condições de vida) ou como refugiadas (situações previstas em acordos internacionais, com direito à proteção específica e que dificilmente há possibilidade de retorno a seu país de origem). No Brasil, que atualmente caracteriza-se por uma migração Sul-Sul (CAVALCANTI; OLIVEIRA; MACEDO, 2020), observa-se uma evolução no número de matrículas de crianças migrantes e refugiadas na Educação infantil. Em 2019, eram 14.471, passando para 18.007 matrículas em 2020 (conforme dados do Censo da Educação Básica, considerando a variável nacionalidade e a categoria três - estrangeira). A presença destas crianças, dentro e fora das instituições de Educação Infantil, não pode ser ignorada, sendo necessário o atendimento dos diversos direitos (como o da saúde, da proteção e da educação) previstos na legislação nacional e convenções internacionais. A educação é um dos direitos fundamentais previsto para migrantes e refugiados, mas o exercício pleno deste direito é algo complexo, perpassa o reconhecimento, a existência da vaga (principalmente nas creches), o acesso e as condições para permanência nas instituições educacionais (WALDMAN, 2012).

Este aumento da presença de crianças migrantes e refugiadas, oriundas de diversos países principalmente do Sul do mundo (Venezuela, Bolívia, Haiti), nas instituições que trabalham com a primeira etapa da Educação Básica, ressalta antigas e incluem novas dificuldades, da falta de vagas nas creches ao respeito à língua materna das crianças oriundas de outros países, das situações de racismo (já presentes na educação brasileira) que soma-se à xenofobia.

Diante deste cenário, o presente trabalho pretende examinar o que as produções acadêmicas que tratam da Educação Infantil, migração internacional e refúgio revelam sobre a acolhida das crianças e suas famílias. O levantamento, que aqui apresentamos, integra uma pesquisa de doutorado em andamento sobre a temática em discussão.

Para este estudo utilizamos, como percurso metodológico, o levantamento sistemático da produção realizada entre 1988 e 2021 sobre Educação Infantil e migrações. Os bancos de dados consultados foram o *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), o Periódicos Capes, o Catálogo de Teses e Dissertações e a Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD). Os descritores utilizados foram: (i)migração, (i)migrantes, refugiados/as, estrangeiras/os, crianças, creche, pré-escola, infância, Educação Infantil, educação. Após a apreciação dos achados, foram selecionados 32 trabalhos (10 artigos, 15 dissertações e 07 teses).

Os trabalhos destacam como o acolhimento é fundamental para a entrada das crianças migrantes e refugiadas e suas famílias nas instituições educacionais, é um processo complexo que envolve diversos sujeitos e precisa ser planejado. Lorzing (2021), na sua pesquisa com crianças haitianas, destaca que o acolhimento envolve ações efetivas que auxiliem as relações entre crianças pequenas, famílias e os/as adultos/as nas instituições. A autora destaca situações em que as crianças deixam de frequentar as instituições “[...] por suas famílias sentirem que ali não é o seu lugar e que não serão capazes de traduzir seus sentimentos, por não entenderem o novo idioma, por não se fazerem compreender nem para realizar a matrícula de suas filhas e filhos” (LORZING, 2021, p. 135).

O acolhimento precisa ocorrer nos primeiros contatos com as famílias, as instituições e as secretarias de educação precisam compreender que, independente da condição migratória, a criança tem direito a matrícula. O trabalho recente de Tonetto e Gomes (2021) apresenta que muitas famílias ainda encontram obstáculos para a matrícula, principalmente em relação à documentação, seja pela ausência ou por não aceitarem os documentos fornecidos pelos órgãos públicos. Heiderique (2020), na pesquisa com mães refugiadas nos municípios do Rio de Janeiro e Duque de Caxias, também coloca a dificuldade encontrada por estas mulheres em relação aos documentos ausentes ou não aceitos. O trabalho de Silva (2014), também apresenta a situação de migrantes indocumentados que tiveram seu direito ao acesso à educação negado.

Segundo Ibañez (2020) o acolhimento passa pela orientação dos e das profissionais sobre o tema da migração e refúgio, a formação é um dos elementos fundamentais. O autor coloca a importância da escola como um espaço que possa atuar junto com as famílias e outras instituições auxiliando com orientações quanto a documentos e serviços.

Acolher envolve propiciar o desenvolvimento pleno (físico, psíquico e emocional) com a possibilidade de preservar a cultura e história dos sujeitos (CAVALCANTI, 2020), que passa pela valorização da língua materna e ensino da língua de acolhida (JOIA, 2021). Mas, o que observamos nos trabalhos, são situações de

discriminação, de racismo e de xenofobia, vivenciadas pelas crianças e pelas famílias. Estas situações também foram observadas nos trabalhos de Alexandre e Abramowicz (2017), Alexandre (2019), Thomé (2019), Tonetto e Gomes (2021), Braga, Souza Neto e Santos (2021) e Maçaneiro (2021). Ao chegarem no Brasil as crianças haitianas são racializadas nas instituições educacionais, afirmam Alexandre e Abramowicz (2017) no artigo intitulado “Migrantes do Haiti: um estudo sobre a inserção das crianças nas instituições escolares de Sinop MT”. As autoras observaram que “[...] as crianças haitianas são antes negras do que estrangeiras e deste modo sofrem, tornam-se negras no Brasil, condição que não conheciam em seu país.” (ALEXANDRE; ABRAMOWICZ, 2017, p. 194).

Para Braga, Souza Neto e Santos (2021), estes processos de discriminação pedem respostas pedagógicas, pois “[...] não basta à escola saber que ela abriga matrículas de crianças imigrantes, é urgente o reconhecimento dessa multiculturalidade (constatação) e a construção de práticas pedagógicas interculturais (ação social)” (BRAGA; SOUZA NETO e SANTOS, 2021, p. 576). Tais práticas ainda são um grande desafio das instituições educacionais, já que a maioria não conhece o tema ou ainda está no início das discussões sobre migração, refúgio e interculturalidade (SANTOS, 2021). Torna-se fundamental que secretarias de educação e as instituições repensem a acolhida das crianças migrantes, pois a escola não “[...] só reproduz práticas discriminatórias e racistas, também reproduz as desigualdades escolares e constrói novas hierarquias entre as crianças.” (ALEXANDRE, 2019, p. 191).

Para Norões a presença dos/das migrantes nos espaços educacionais é capaz de promover uma ruptura com uma proposta homogênea e monolíngue de educação, sendo necessário, parte dos governos federal, estaduais e municipais, regulamentações e diretrizes para o trabalho pedagógico (NORÕES, 2018). Ou seja, a necessidade de uma política pública educacional que contemple um projeto de acolhida que considere o respeito à diferença, a valorização da língua materna, o respeito às trajetórias de vida e os diversos grupos culturais (BORDIGNON, 2016; CUNHA, 2020; THOMÉ, 2019; PIZAIA, 2019).

Segundo Cabral (2019), as políticas destinadas às crianças refugiadas são pontuais e realizadas pelo setor público ou por organizações não governamentais (por exemplo: entidades religiosas e associações da sociedade civil). Estas organizações que trabalham auxiliando na acolhida, proteção e integração de migrantes e refugiados, estão em expansão (SANTOS, 2018). O trabalho de Bordignon (2016), também evidencia o aparecimento de iniciativas de ONGs e de grupos religiosos que preenchem uma lacuna existente. Ao chegar no Brasil, para muitos migrantes e refugiados/as, os primeiros contatos e orientações sobre procedimentos ocorrem nas organizações sociais, entidades religiosas e outras instituições, com uma rede de apoio composta por Organizações Não Governamentais (ONGs), Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) e Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE). Estas organizações de apoio colaboram com a obtenção dos documentos e procedimentos para o acesso aos recursos básicos, além de realizarem relatórios e manuais.

As situações apresentadas demonstram como o direito à educação, garantido pela legislação nacional, ainda precisa ser efetivado com políticas educacionais que considerem as crianças de 0 a 5 anos, migrantes e refugiadas, na Educação Infantil. A dificuldade com o acesso em creches não é só documental, é da existência de vagas, mesmo sendo um direito ainda é um desafio, uma realidade vivenciada por crianças brasileiras, migrantes e refugiadas. A recente Resolução CNE/CEB nº 1/2020, que dispõe sobre o direito de matrícula de crianças e adolescentes migrantes, refugiados, apátridas e solicitantes de refúgio no sistema público de ensino brasileiro, coloca que a vaga em creche será conforme disponibilidade de vagas, ou seja, o direito aqui condicionado a existência de vagas.

Observamos que, mesmo crescente, ainda são necessárias mais pesquisas que tenham como foco as crianças migrantes e refugiadas de 0 a 5 anos, pesquisas que tratem das práticas pedagógicas, das relações que ocorrem nas institucionais (entre adultos/as-adultos/as, crianças-adultos/as, crianças-crianças), da formação das e dos profissionais de educação e das situações de racismo e xenofobia. Pautar a migração e o refúgio nos estudos que focam na Educação Infantil é fundamental, urgente.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Infantil. Migração. Crianças Migrantes. Crianças Refugiadas. Direito à Educação.

REFERÊNCIAS

ALEXANDRE, Ivone Jesus. **A presença das crianças migrantes haitianas nas escolas de Sinop/MT: o que elas visibilizam da escola?**. 211 f. Tese (Doutorado em Sociologia), Centro de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos (SP), 2019.

ALEXANDRE, Ivone Jesus; ABRAMOWICZ, Anete. MIGRANTES DO HAITI: um estudo sobre a inserção das crianças nas instituições escolares de Sinop MT. **PÉRIPLoS**, v.1 n.1, p. 184-197, 2017.

BORDIGNON, Sandra de Avila Farias. **Inserção dos imigrantes haitianos nos contextos educativos escolares e não escolares no Oeste Catarinense**. 228 f. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Comunitária da Região de Chapecó, Chapecó (SC), 2016.

BRAGA, Adriana de Carvalho Alves; SOUZA NETO, João Clemente de; SANTOS, José Paulo Ferreira dos. Imigração e educação infantil: análise da relação entre a EMEI e família a partir do relato de uma mãe Boliviana. **Revista Zero-a-seis**, v. 23, n. 43, p. 561-582, 2021.

CABRAL, Johana. **Políticas públicas de proteção para as crianças na condição de refúgio no Brasil: limites e possibilidades**. 206 f. Dissertação (Mestrado em Direito), Universidade

do Extremo Sul Catarinense, Criciúma (SC), 2019.

CAVALCANTI, Camila Martins. **Da invisibilidade à visibilidade: a insuficiência da política pública educacional para crianças e adolescentes migrantes e refugiados em Fortaleza no período de 2015 a 2020.** 137 f. Dissertação (Mestrado em Direito Constitucional), Universidade de Fortaleza, Fortaleza (CE), 2020.

CAVALCANTI, Leonardo; OLIVEIRA, Antonio Tadeu de; MACEDO, Marília. **Imigração e refúgio no Brasil. Relatório Anual 2020.** Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília, DF: OBMigra, 2020.

CUNHA, Marinaldo de Almeida. **Educação multicultural e a inclusão do aluno imigrante.** 214 f. Tese (Doutorado em Educação: Histórica, Política, Sociedade), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo (SP), 2020.

HEIDERIQUE, Domenique Sendra. **"O que a gente passa é normal, acaba sendo normal": O olhar de mães refugiadas acerca da entrada de suas crianças em escolas dos municípios do Rio de Janeiro e Duque de Caxias.** 105 f. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro (RJ), 2020.

IBAÑEZ, Cesar Augusto. **A realização do direito à educação para haitianos: um estudo das condições em que ele se efetiva em um município paranaense.** 216 f. Tese (Doutorado em Educação), Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba (PR), 2020.

JOIA, Julia Hatakeyama. Infâncias imigrantes, silêncios e fronteiras do cuidado em um CAPS infanto-juvenil. **Estilos da clínica**, v. 23, n. 1, p. 145-159, 2021.

LORZING, Renata de Moura Santos. **Crianças haitianas na educação infantil em Sorocaba-SP (2011-2019).** 150 f. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal de São Carlos, Sorocaba (SP), 2021

MAÇANEIRO, Gisele Romildes. **"Somos todos iguais": narrativas de profissionais de Educação Infantil de Florianópolis face à presença de crianças haitianas.** 137 f. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Regional de Blumenau, Blumenau (SC), 2021.

NORÕES, Katia Cristina. **De criança a estrangeira, de estrangeira a criança: mobilização social, agenda política e educação pública no município de São Paulo.** 2018. 217 f. Tese (Doutorado em Educação), Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas (SP), 2018.

PIZAIA, Jéssica Costa. **A territorialização de migrantes do Haiti em Cambé-PR e Rolândia-PR: as demandas das mulheres haitianas e as ações realizadas.** 150 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Centro de Ciências Exatas, Universidade Estadual de

Londrina, Londrina (PR), 2019.

SANTOS, Emerson da Silva; SANTOS, Gislene. A conjuntura educacional em contextos fronteiriços: uma análise sobre Guajará-Mirim (RO). **Revista Travessias**, Cascavel, v. 15, n. 3, p. 118–140, 2021.

SANTOS, Isabelle Dias Carneiro. **A proteção das crianças e adolescentes refugiados no Brasil: a necessidade de políticas públicas de integração**. 278 f. Tese (Doutorado em Direito), Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo (SP), 2018.

SILVA, Ana Paula. **¡No hablamos español! Crianças bolivianas na educação infantil paulistana**. 179 f. Dissertação (Mestrado em Educação e Saúde na Infância e Adolescência), Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos (SP), 2014.

THOMÉ, Roberta Gomes. **Crianças e adolescentes refugiadas e solicitantes de refúgio no município do Rio de Janeiro: desafios e perspectivas para a proteção social**. 224 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social), Departamento de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro (RJ), 2019.

TONETTO, Maria Luiza Posser; GOMES, Joséli Fiorin. Um filho no mundo e um mundo virado": uma análise sobre obstáculos à efetividade do acesso à educação de crianças refugiadas no Brasil. **Revista Zero-a-seis**, v. 23, n. 43, p.703-729, 2021.

WALDMAN, Tatiana Chang. **O acesso à educação escolar de imigrantes em São Paulo: a trajetória de um direito**. 236 f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo (SP), 2012.